

## ARTIGO

### CURRÍCULO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA: TEORIA E PRÁTICA NO CURSO DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL

Klevia Lima Delmiro<sup>1</sup>  
Claudionor de Oliveira Silva<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este estudo tem como intuito analisar e identificar as diversas concepções que embasam as práticas de ensino contidas nos componentes curriculares do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Alagoas. Para tal, analisamos o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) bem como contamos com a interpretação das falas da coordenação, de estudantes e de um docente do referido curso. Neste sentido, nos utilizamos de questionários e entrevistas semi-estruturadas abordando os elementos teóricos e históricos da formação dos professores de Geografia na instituição analisada. Destacamos que a multiplicidade de concepções em torno da prática de ensino embasadas no PPC e aportadas nas bases teóricas contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais encontram-se desarticuladas, sendo necessário repensar o currículo da Geografia para o curso de Licenciatura analisado.

**Palavras-chave:** Projeto pedagógico. Formação de professor. Ensino. Aprendizagem.

#### 1 INTRODUÇÃO

Os cursos de licenciaturas possuem especificidades e se diferenciam dos cursos de bacharelado, ou seja, contemplam elementos indispensáveis que fomentam a construção e o fortalecimento da formação de professores, ou seja, requer o estabelecimento de concepções teóricas sobre o ser professor bem como associá-las às práticas de ensino permitindo a mediação e

---

<sup>1</sup> Mestra em Gestão e Política da Educação. Professora e pesquisadora UAB/UFAL. E-mail: [klevia.delmiro88@gmail.com](mailto:klevia.delmiro88@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ambiente e Desenvolvimento-PPGAD, Universidade do Vale do Taquari Univates, RS. Bolsista Capes. E-mail: [claudionor.silva@universo.univates.br](mailto:claudionor.silva@universo.univates.br)

transformação das pessoas para além do campo de uma formação mais ampla para o mercado de trabalho, como o bacharelado.

Ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação em nível superior de professores para a educação básica, o Parecer n. 9/2001 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, Parecer CNE/CP n. 9/2001), desencadeou as discussões acerca das mudanças estruturais necessárias para cursos de licenciatura em todas as instituições de ensino superior do país. O referido parecer afirma que o professor é, antes de qualquer coisa, um profissional do ensino que precisa conhecer as diversas formas de mobilização de saberes adquiridos ao longo de sua formação. Esses saberes foram denominados como competência profissional do professor por Perrenoud (2000), segundo o qual competência profissional é uma ferramenta adquirida pelo professor tanto ao longo de sua formação inicial e continuada quanto ao longo de sua trajetória profissional, que equivale ao seu tempo de sala de aula. Trazendo como contraponto, Ramos (2001) coloca que a noção de competência não substitui a noção de qualificação.

No processo de discussão sobre os cursos de licenciatura, o Conselho Nacional de Educação elaborou uma série de outros pareceres até a definição e o estabelecimento das DCN para formação inicial em nível superior de professores para a educação básica e, ainda depois, para sua apreciação (BRASIL, Pareceres CNE/CP n. 021/2001; 27/2001; 28/2001; 1/2002; 2/2002; 14/2002; 5/2006).

As Diretrizes Curriculares Nacionais que resultaram desse processo colocam que a formação desses profissionais deverá ser baseada na concepção de que a competência é algo nuclear na estrutura geral do curso de licenciatura. Essa competência profissional é um processo que é desenvolvido com o seu fazer e esse fazer concretiza-se em dois momentos. O primeiro ocorre durante a formação inicial, associado diretamente à prática de ensino que se comporta de duas formas: como componente curricular dos cursos de formação inicial de docentes e nos momentos de desempenho das atividades de estágio curricular supervisionado de ensino; enquanto que o segundo momento se estabelece no desenvolvimento das atividades efetivamente profissionais em sala de aula, gerando uma prática pedagógica.

Tanto Perrenoud (2000) como Pimenta (2002) entendem que a prática pedagógica dos professores deve ser necessariamente um conjunto de saberes indispensáveis para o seu desenvolvimento profissional, envolvendo, entre outros, conhecimentos sobre o currículo, o desenvolvimento curricular, transposição didática, planejamento escolar, plano de curso.

Como já dizíamos anteriormente, a prática de ensino acontece no fazer. Esse fazer, ou seja, a prática, é uma ação produzida ou meramente reproduzida pelos professores com uma reflexão baseada numa fundamentação teórica, que são os elementos constitutivos da prática. Surgindo daí

uma relação intrínseca da junção teoria e prática, componentes indispensáveis para a formação de docentes.

E assim, percebemos que a prática de ensino possui um caráter interdisciplinar que reúne a teoria e a prática num mesmo espaço de formação no caso dos Projetos Integradores introduzidos em desenhos curriculares de alguns cursos de Geografia.

Assim sendo, é exatamente essa prática na qual nos referimos nesta pesquisa, deixando claro que a prática não é aquela que caracteriza o professor como um mero reproduzidor de conteúdos específicos de sua área de atuação.

Nos últimos anos tem aumentado consideravelmente a importância da pesquisa acerca da formação em Geografia, em especial para a problemática da prática de ensino e do estágio supervisionado nos cursos de formação inicial de licenciados. Tratar dessa problemática dos cursos de formação inicial de professores de geografia é se inquietar com o modelo de curso de licenciatura que proporcione todas as ferramentas necessárias para o licenciado, que tem como dever reunir saberes de conhecimentos específicos como também práticos, ao longo da sua formação acadêmica. Como afirma Freire (2003, p.14), “formar é muito mais que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”. Nesse sentido é indispensável discutir as diferentes concepções que se tem acerca da prática de ensino desenvolvida nos cursos de licenciatura em geografia.

A estrutura curricular dos cursos superiores de Licenciatura em Geografia segue orientações oficiais definidas em nível federal, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), pareceres do Conselho Nacional de Educação e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para cursos de graduação e, em particular, de formação de professores em nível superior (BRASIL, Parecer CNE/CP n. 14/2002).

A LDBEN (BRASIL, 1996), no seu artigo 65, define que a prática deve estar presente nos cursos de licenciatura com carga horária de pelo menos 300 horas. A partir da DCN de 2002 (BRASIL, Parecer CNE/CP n. 14/2002), essa carga horária de prática passou a ser de no mínimo 400 horas, figurando como componente curricular, e outras 400 horas, pelo menos, para o estágio supervisionado, no sentido de proporcionar suficiente intervalo de tempo para o desempenho das atividades de prática de ensino na formação inicial de professores em curso de nível superior. Fazendo uma reflexão sobre a formação docente e o próprio currículo, apontamos que o futuro docente licenciado em Geografia deve reunir saberes de conhecimentos específicos como também práticos e, logo, enxergamos a importância dessas 400 horas de atividades de prática como componente curricular ao longo do seu curso de

formação inicial. Com isso, é necessário discutir as concepções sobre a prática de ensino nos cursos de licenciaturas em Geografia.

Na pesquisa que apresentaremos neste artigo tratamos da prática como componente curricular no curso de licenciatura em Geografia da UNEAL com projeto pedagógico elaborado ainda sob a vigência das DCN de 2002 (BRASIL, Parecer CNE/CP n. 14/2002). Nesse estudo, promovemos as seguintes discussões: Em que medida a compreensão da prática de ensino vem sendo assimilada pelos professores formadores nos cursos de licenciatura em geografia? Quais os processos contraditórios por meio dos quais essa prática potencializa ou oculta a interdisciplinaridade intrínseca ao objeto pedagógico, considerado enquanto conhecimento escolar e curricular?

Evidenciamos no processo de apontamentos realizados no decorrer da pesquisa que se não houver um acompanhamento sistemático e direto das práticas adotadas nos cursos de Geografia bem como as articulações entre conteúdos teóricos e metodológicos que conduzam a práxis, a pouca existência do caráter interdisciplinar pode inviabilizar a realização de um estágio curricular supervisionado alçado na relação de aproximação entre universidade e escola e, estreitando essas relações, fortalecer a formação de professores em Geografia capazes de refletir sobre a realidade e estabelecer relações e articulações adequadas entre o aprendido nas universidades e o que é ensinado nas escolas.

A formação e profissionalização docente em Geografia é um grande desafio, exigindo que nos debruçemos sobre as qualidades e ressignificações que podemos tecer para o ensino da disciplina angariando benefícios que vislumbrem a inclusão social, o preparo profissional para o mercado de trabalho e habilidades do dia a dia e até mesmo na vida pessoal de cada um dos estudantes dessa disciplina.

Nas circunstâncias evidenciadas, para a elaboração de uma proposta curricular para uma licenciatura sugerimos que esta contemple uma pluralidade disciplinar, abrindo espaço para uma construção aberta, não diretiva e que possibilite uma ação interativa entre os docentes e discentes. Ressaltamos que o trabalho do professor deverá ter como perspectiva o desenvolvimento dos alunos como pessoas nas suas múltiplas capacidades e não apenas a transmissão de conteúdo específicos das disciplinas. Com isso é possível deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais empreendedor do seu crescimento e conhecimento, crítico, ao lado do docente, sendo de fato o sujeito do processo. Um curso de licenciatura pressupõe integrar ao processo ensino-aprendizagem o cotidiano dos alunos, abrindo espaços para o contexto sócio cultural que faz parte da história de cada um e

deverá, obrigatoriamente, estar articulado com os outros níveis de ensino, dando condições aos graduandos para uma atuação significativa no ensino básico.

Portando, um dos maiores problemas apontado por esta pesquisa é a aproximação entre teoria e prática dentro das licenciaturas em Geografia, neste caso, a prática com maior ênfase na concepção de formação docente orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura (BRASIL, Parecer CNE/CP n. 14/2002). Seguindo a linha de investigação, questionaremos: Qual a concepção que se tem de prática de ensino como componente curricular dos cursos de licenciatura em Geografia no projeto pedagógico do curso – Projeto Pedagógico do Curso da Universidade em comparativo com as orientações dadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN?

Para interpretarmos esse processo de relação teoria e prática elaboramos a seguinte hipótese: de que o tratamento dado à prática diverge com as expostas nas diretrizes Curriculares que norteiam o curso de licenciatura em Geografia, o que trouxe as seguintes suposições:

Suposição nº 1: A prática de ensino desenvolvido no curso de Geografia da referida Universidade Estadual, segundo a carga horária mínima estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, não é compatível com a realidade do curso objeto da pesquisa;

Suposição nº 2: Não se tem dado tratamentos especiais ou dá-se tratamento não adequado à prática de ensino no tocante ao ensino aprendizagem, competências e habilidades dos licenciados em geografia dessa instituição de ensino.

Suposição nº 3: A prática de ensino desenvolvida na Universidade em comparativo com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de formação de professores se dissocia do estágio supervisionado a ponto de distanciá-los.

Observamos que os cursos de formação em Geografia caracterizam-se em dois segmentos distintos. Um é voltado à sala de aula, e outro às atividades de estágio. O primeiro com características de supervalorização dos conhecimentos teóricos, acadêmicos, desprezando as práticas como importante fonte de conteúdo para a formação, enquanto o segundo supervaloriza o saber pedagógico, desprezando a dimensão teórica dos conhecimentos adquiridos com a análise contextual da prática, o qual salienta e almeja o Parecer 21/2001 do CNE (BRASIL, Parecer CNE/CP n. 21/2001). Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é identificar as diversas concepções e tratamentos dados à prática de ensino como componente curricular desenvolvida no curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Alagoas, contida em seu projeto pedagógico do curso - PPC e por

parte de seu coordenador, bem como, de um professor de prática de ensino e de alunos. Pode-se, desta forma, colaborar para novas explicações em volta desta prática em comparativos com a que trata as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura.

## 2 METODOLOGIA

Na presente pesquisa, limitamo-nos a analisar os aportes teóricos e históricos da formação do professor com ênfase na concepção de prática de ensino como componente curricular do curso de licenciatura em Geografia de uma Universidade Estadual de Alagoas, considerando os Pareceres CNE/CP 9/2001, CNE/CP 21/2001, CNE/CP 27/2001, CNE/CP 28/2001, CNE/CP 5/2006 e CNE/CP 2/2002.

Esta pesquisa requereu um estudo empírico que se permeou na prática da investigação de um fenômeno em seu contexto real e se utilizou de várias fontes de evidência para compreensão do objeto de estudo, concretizando-se numa abordagem qualitativa de estudo de caso. Empregamos para a pesquisa entrevistas com sujeitos do curso de licenciatura em Geografia, sendo estes o seu coordenador, seis (6) alunos do 6º período do curso e um professor de prática de ensino. Serão a partir daqui denominados por responsável pela coordenação, Aluno 1, Aluno 2, Aluno 3, Aluno 4, Aluno 5, Aluno 6 e Professor. Como técnicas e instrumentos de pesquisa foram utilizadas entrevistas e análise de documentos.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 Análise do Projeto Pedagógico do curso de graduação em Geografia

Para a análise do Projeto Político Curricular consideramos a composição do corpo docente da Universidade Estadual de Alagoas, o perfil do seu curso de licenciatura em Geografia e a forma de organização do componente curricular prática de ensino, tal como sua distribuição de carga horária. Realizamos também um comparativo das concepções de prática de ensino por parte desta instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

O curso de Licenciatura em Geografia dessa Universidade foi reconhecido através da Lei Nº 6785 de 21 de dezembro de 2006 e pelo Art.4º, 8º do Decreto Nº 3.538 de 27 de dezembro de 2006 e ainda, de acordo com o Parecer Nº 001/2007 do CONSU/UNEAL. O projeto pedagógico atual desse curso foi elaborado em 2010 pelo Colegiado do curso e o Departamento de Geografia, obedecendo às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais

para os cursos de formação inicial de professores, de graduação plena (BRASIL, Parecer CNE/CP n. 14/2002).

### *3.1.1 Perfil do Curso de Geografia de uma Universidade Estadual de Alagoas.*

O curso está organizado e estruturado no regime semestral, tendo duração de 4 (quatro) anos, em média com 8(oito) semestres funcionando no período noturno. Os cursos de Geografia dessa instituição são formados por um grupo de disciplinas obrigatórias e eletivas. Oferece 40 vagas semestralmente. A carga horária oferecida por semestre é de no mínimo 400 horas e no máximo de 450 horas. O curso possui uma carga horária total de 3.480 horas, incluindo 400 horas de prática de ensino (distribuídas nas disciplinas do curso no decorrer dos oito semestres letivos), 400 horas de estágio curricular supervisionado a partir da segunda metade do curso e 200 horas de atividades complementares com disciplinas optativas na primeira metade do curso. A referida instituição licencia em média 22 alunos por ano.

A preocupação maior na formação do professor de Geografia desta instituição é tornar o licenciando capaz de desenvolver o senso crítico, levar a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza, como também um raciocínio lógico e, conseqüentemente, atividades relacionadas com o processo educativo no ensino fundamental e médio. Além disso, o curso visa uma formação docente, segundo seu projeto, capaz de embasar o futuro professor em Psicologia Educacional e Didática do Ensino de Geografia. Visa também à motivação de atividades educativas relacionadas à Geografia usando apoio de novas tecnologias.

Outro modelo que é pleiteado pela Universidade no curso de licenciatura em Geografia é a interdisciplinaridade intrínseca ao objeto pedagógico do curso, ou seja, o uso de estratégias interdisciplinares como maneira mais curta de articulação de saberes específicos com os da ciência da educação.

É vidente que o grupo de professores que participou e construiu o projeto pedagógico do curso compreendeu naquele momento que o conhecimento didático-pedagógico está relacionado como elementos diretamente atrelados ao processo de ensino e aprendizagem, tais como o currículo e o seu desenvolvimento, processos de avaliação da prática escolar, planejamento de ensino, psicologia da educação e novas concepções sobre a educação frente ao ensino de geografia.

A divisão das disciplinas contempladas como prática de ensino, assim como suas respectivas cargas horárias teóricas e práticas, estão distribuídas conforme mostra o quadro na Figura 1.

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA TEÓRICA</b>	<b>CARGA HORÁRIA DE PRÁTICA</b>	<b>PRÁTICA PEDAGÓGICA</b>	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>
Geologia Geral	50	10	-	60
Cartografia Sistemática	60	10	10	80
Fundamentos de Climatologia	60	10	10	80
Cartografia Temática	40	10	40	60
Biogeografia	60	10	10	80
Geomorfologia Geral	60	10	10	80
Geografia Econômica	60	10	10	80
Geografia Urbana	60	10	10	80
Geografia dos Recursos Hídricos	60	10	10	80
Geografia agrária	60	10	10	80
Impactos Ambientais	40	10	10	60
Geografia Afro-brasileira	50	10	-	60
Estágio curricular I	60	40	-	100
Estágio curricular II	80	70	-	150
Geografia do Nordeste	60	10	10	80
Trabalho de conclusão de curso	-	60	-	60
Estágio curricular III	80	70	-	150
Geografia das Sociedades Indígenas	60	10	10	80
Geografia de Alagoas	60	10	10	80
Trabalho de conclusão de curso	-	60	-	60

Figura 1: Distribuição de carga horária das disciplinas contempladas com atividades de prática de ensino. Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso de Geografia.

### 3.1.2 Das 400 horas de Prática de Ensino

Na construção inicial e na reelaboração do projeto pedagógico da instituição foi pensada uma distribuição de carga horária curricular compatível com as exigências expostas pelas diretrizes curriculares nacionais (DCN), que quantifica em 400 horas, no mínimo, a prática de ensino, a serem trabalhadas desde o início do curso e permeando toda formação do licenciando em Geografia. Como já salientamos anteriormente, a carga horária total do curso é de 3.380 horas assim distribuídas: 400 horas de estágio curricular supervisionado nos 3 (três) últimos períodos, 400 horas de prática de ensino como componente curricular, 200 horas de atividades complementares, conforme Parecer CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 e 2.380 horas de disciplinas específicas e pedagógicas.

Entende-se que o grupo de professores que elaborou esse projeto realmente deu ênfase às atividades de prática de ensino e, com isso, gerando essa distribuição da carga horária apresentada no quadro a seguir (Figura 2) para contemplar as 400 horas exigidas.

<b>PERÍODOS</b>	<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA DE PRÁTICA</b>
1º	Geologia Geral	10
2º	Cartografia Sistemática	10
	Fundamentos de Climatologia	10
3º	Cartografia Temática	10
	Biogeografia	10
	Geomorfologia Geral	10
4º	Geografia Econômica	10
	Geografia Urbana	10
	Geografia dos Recursos Hídricos	10
	Geografia Agrária	10
5º	Impactos Ambientais	10
	Geografia Afro-brasileira	10
6º	Estágio curricular I	40
7º	Estágio Curricular II	70
	Geografia do Nordeste	10
	Trabalho de Conclusão de Curso	60
8º	Estágio curricular III	70
	Geografia das Sociedades Indígenas	10
	Geografia de Alagoas	10
	Trabalho de Conclusão de Curso	60
<b>TOTAL</b>		440

Figura 2: Distribuição de carga horária de prática das disciplinas específicas e de áreas afins ao conhecimento geográfico. Fonte: Projeto Político Pedagógico de Geografia.

Observamos então que em todos os semestres do curso são trabalhadas atividades de prática de ensino, como consta no quadro acima. Verifica-se que as atividades de prática pedagógica desenvolvidas nesse curso estão de acordo com o que explicita o projeto de curso e convenientemente compatíveis com o que orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais. Mas ao que se refere à distribuição de carga horária nas disciplinas restantes ficou a desejar, pois como sabemos todas as disciplinas do curso têm que ter sua parte de prática e, através dessa articulação, o futuro professor de geografia conseguirá compreender e até mesmo construir sua prática pedagógica. Como exemplo, as disciplinas de Geografia dos Recursos Hídricos, Geografia Afro-brasileira e Geomorfologia Geral, que disponibiliza menos de 10% de sua carga horária total para atividades de prática de ensino, ou seja, 50 horas de conhecimentos teóricos e 10 horas de conhecimentos práticos. Nas disciplinas restantes em que é trabalhado

esse tipo de atividade, o percentual de horas destinadas para a prática de ensino é a que apresentamos na Figura 3.

Disciplina	Pratica de ensino (%)
Metodologia Científica	Não tem prática
Educação Brasileira: Legislação e Políticas	20%
Historia da Educação	20%
Filosofia da Educação	20%
Sociologia da Educação	20%
Didática	20%
Psicologia da Educação	20%
Metodologia do Ensino da Geografia	20%
Métodos e Técnicas na Pesquisa em Geografia	Não tem prática
Oficinas Pedagógicas	60%
Geografia de Alagoas	10%

Figura 3: Quadro de percentual de horas destinadas para a prática de ensino de outras disciplinas. Fonte: Projeto Político Pedagógico de Geografia.

Vale ressaltar que essas atividades de prática pedagógica não estão bem definidas no tocante à carga horária destinada para cada uma das disciplinas envolvidas nessas atividades e não existe método algum que tanto garanta a sua execução de forma eficaz, como também não explica a forma como essas atividades estão sendo desenvolvidas.

Observando a Figura 3, identificamos alguns aspectos relevantes quanto à prioridade dada para algumas destas disciplinas, ou seja, existe uma supervalorização na aplicação prática de algumas disciplinas, em detrimento de outras. Como por exemplo, a disciplina Oficinas Pedagógicas disponibilizam 60% da sua carga horária para atividades de prática, mas isso só acontece porque essa disciplina não tem carga horária teórica, enquanto que, das disciplinas de Metodologia Científica e Métodos e Técnicas na Pesquisa em Geografia não são disponibilizadas nenhuma carga horária para prática, salientando ainda que as demais têm uma carga horária inferior ao necessário, o qual corresponde a 20 horas. Não sendo bastante observar que além de excluídas disciplinas importantes como, por exemplo, Fundamentos da Geografia, Comunicação e Expressão e Responsabilidade Social e Ambiental, que por uma razão ou outra são eminentemente importantes para o desenvolvimento do currículo da licenciatura em Geografia, não sabemos até que ponto disciplinas como as do quadro acima irão enriquecer ou empobrecer as atividades de prática de ensino quanto à importância para a finalidade do curso.

Observou-se nesse projeto uma organização das ações a serem desenvolvidas e as dimensões de formação geral, geográfica e pedagógica, que estão inseridas nas disciplinas que desenvolvem atividades de prática pedagógica (Figura 4).

<b>DISCIPLINA</b>	<b>AÇÕES</b>	<b>DIMENSÃO DAS AÇÕES</b>
<b>Cartografia Sistemática</b>	Introduzir o aluno de geografia no universo dos mapas demonstrando os elementos que compõem a carta topográfica. Utilizando-a como ferramenta básica na análise do espaço geográfico.	Geografia e Pedagogia
<b>Metodologia Científica.</b>	Avaliação da prática de estudo, introduzindo e fazendo acontecer um novo modo de estudar, agora, universitário-nível de trabalho científico. A compreensão, a transmissão e a criação do conhecimento. O processo do conhecimento humano, parâmetro histórico, formas de conhecer a ciência e seus métodos. Produzir e avaliar, aplicando o método do trabalho científico, um trabalho monográfico.	Geral e Pedagógica.
<b>Educação Brasileira: Legislação e Políticas.</b>	Estudo do contexto educacional brasileiro, com ênfase à estrutura e funcionamento dos ensinos fundamental e médio, bem como o estudo e a comparação da legislação pertinente aos respectivos níveis. Seguindo-se a análise da escola, à luz da conjuntura educacional, com vistas a possibilitar a compreensão e utilização de novas estratégias de organização, planejamento, estruturação e desenvolvimento do ensino do ensino fundamental e ensino médio.	Pedagogia.
<b>Introdução a Filosofia</b>	Aspectos gerais históricos da filosofia, o conhecimento na produção evolutiva das descobertas epistemológicas. A lógica como raciocínio correto em busca do verdadeiro. Trabalhos individuais e em grupo sobre os temas relacionados.	Geografia, pedagogia e geral.
<b>Introdução a Sociologia</b>	Epistemologia sociológica: estudo das relações entre o conhecimento e demais fatores existenciais de uma sociedade ou cultura.	
<b>Didática</b>	Princípios básicos sobre educação, pedagogia e didática. Fatores essenciais na motivação da aprendizagem. Principais métodos, técnicas e recursos de ensino. Principais etapas do ciclo docente. Métodos e técnicas de ensino em nível de ensino fundamental e médio. Recursos audiovisuais e a repetição orientada.	Geografia e pedagógica.
<b>Psicologia do Desenvolvimento</b>	Conceito de psicologia da educação: áreas de interesse, teorias da aprendizagem, fatores que intervêm na aprendizagem. Psicologia da criança e da adolescência. Formas de aprendizagem segundo a faixa etária. O desenvolvimento da personalidade e seus problemas.	Pedagogia
<b>Método de Ensino da Geografia</b>	Estudo dos métodos que acercam o ensino de geografia nos cursos de licenciatura: tendências pedagógicas, diretrizes norteadoras do conteúdo específico da prática do ensino de geografia, a postura do geógrafo licenciado diante de seu compromisso de agente estimulador de transformação do ambiente do professor-pesquisador e do aluno, uso de laboratório de ensino.	Geografia e pedagogia
<b>Instrumentação para o Ensino da Geografia</b>	Processos de aprendizagem na sala de aula: vivência e análise. Métodos e técnicas utilizadas no Ensino de Geografia. Atividades no Ensino de Geografia. Recursos audiovisuais e Planejamento e Criatividade no Ensino de Geografia. Seleção, produção e uso do material didático.	Geografia e pedagogia.
<b>Trabalho de Conclusão de Curso I.</b>	Ler, estudar e pesquisar sobre assuntos da área do ensino geografia.	Geografia e pedagogia.

<b>Trabalho de Conclusão de Curso II.</b>	Defesa pública de monografia de um trabalho na área do ensino de geografia	Geografia e pedagogia.
---	--	------------------------

Figura 4: Exemplos de ações a serem desenvolvidas em algumas disciplinas do curso contempladas com atividades de prática por área de conhecimento. Fonte: Projeto Político Pedagógico de Geografia

Com base na análise dos dados do quadro acima, verificamos uma discrepância em relação às ações desenvolvidas nas disciplinas e suas respectivas cargas horárias.

ITENS ANALISADOS	UNIVERSIDADE ESTADUAL	DCN
Carga horária total do curso	3.380 horas	2.800 horas
Duração do curso	4 anos	Não estipula
Carga horária de prática de ensino	440	400 horas
Disciplinas contempladas com prática	1.Geologia Geral 2.Cartografia 3.Temática 4.Biogeografia 5.Geomorfologia Geral 6. Geo. Econômica 7.Geografia Urbana 8.Geografia dos Recursos Hídricos 9.Geografia Agrária 10.Impactos Ambientais. 11. Geografia Afro-Brasileira 12. Estágio Curricular I 13. Estágio Curricular II 14. Geografia Do Nordeste 15. Trabalho de Conclusão de Curso I 16. Estágio Curricular III 17. Geografia Das Sociedades Indígenas 18. Geografia De Alagoas 19. Trabalho de Conclusão de Curso II 20. Cartografia Sistemática 21. Fundamentos De Climatologia	Livre
Percentual de aulas destinadas à prática nas disciplinas contempladas	Varia de 25% a 75%	Livre
Atividades desenvolvidas	Não explícita no projeto	Livre
Semestres vivenciados pela prática	Todos	Todos
Carga horária total de prática explícita no projeto	440 horas	400 horas
Percentual da carga horária utilizada em prática pedagógica em função da carga horária total do curso.	13%	14,28%

Figura 5: Comparativo entre as exigências das DCN para prática de ensino e o curso da Geografia. Fonte: Projeto Político Pedagógico De Geografia e Diretrizes Curriculares Nacionais.

De fato, o que ocorre é que as únicas disciplinas que o projeto pedagógico demonstra apresentar ações práticas são Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II. São exatamente estas que concentram um dos menores percentuais de horas destinadas para atividades de prática, contempla 60% de sua carga para prática.

Já para as demais, fica evidente que destinam-se 20% e não é apresentado em suas ações nenhum indicativo de atividades práticas, conforme o quadro anterior (Figura 5), pelo qual detectamos algumas divergências entre o projeto pedagógico do curso e as Diretrizes Curriculares Nacionais, quais sejam:

- Percebe-se a ausência de atividades de prática de ensino em disciplinas do núcleo de conhecimentos complementares, apresentadas no quadro da Figura 6:

<b>DISCIPLINAS REFERENTES AO NÚCLEO COMPLEMENTAR</b>	
<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CARGA HORARIA</b>
Metodologia científica	60
Língua portuguesa	60
Antropologia cultural	60
História da educação	60
Introdução à psicologia	60
Psicologia do desenvolvimento	30

Figura 6: Distribuição de Carga Horária das disciplinas específicas referentes ao núcleo complementar. Fonte: Projeto Político Pedagógico De Geografia.

- As horas de prática de ensino aparentemente explícitas no projeto pedagógico é de 440 horas, considerando que esse projeto deixa claro que as 60 horas da disciplina Oficinas Pedagógicas são totalmente práticas pedagógicas, mas não está incluindo na carga horária prática (CP).
- Existem diversas divergências nas disciplinas que possuem prática, pois muitas que necessitavam, não têm.
- Os alunos, mesmo tendo o limite de horas de prática, não saem com segurança para lecionar, pois, como vemos, as disciplinas que sustentam essa segurança não estão incluídas nas disciplinas com prática.
- E as disciplinas que estão no projeto do curso com horas de práticas pedagógicas não passam de aulas teóricas, não tem prática.

As primeiras entrevistas para a pesquisa foram realizadas no dia 26 de novembro de 2015 com seis (6) alunos do curso de licenciatura em Geografia. Esses alunos ingressaram no curso

no primeiro semestre de 2013. Período que já tinha iniciado a prática do recente projeto pedagógico do curso, o qual entrou em vigor no ano de 2010. A entrevista com o coordenador do curso aconteceu no dia 27 de novembro de 2015. No mesmo dia foi feita a entrevista com o professor da disciplina de prática de ensino do curso de licenciatura em Geografia.

A entrevista com os alunos tratou do ponto de vista dos mesmos em relação à prática desenvolvida no curso, buscando identificar sua satisfação ou insatisfação com o desenvolvimento da prática de ensino, bem como as formas pelas quais esses alunos estão assimilando e compreendendo essa prática. Assim, foram definidos como objetivos de entrevista: compreender o grau de satisfação ou insatisfação por parte dos alunos em relação à prática de ensino desenvolvida com sua turma; confrontar o tratamento recebido por esses alunos na prática de ensino trabalhada em sala de aula com as expostas pelo professor dessa disciplina; detectar a concepção que esses alunos têm em torno da prática de ensino e as suas respectivas pretensões. As entrevistas trouxeram o seguinte texto inicial para reflexão:

O trabalho do professor deverá ter como perspectiva o desenvolvimento dos alunos como pessoas nas suas múltiplas capacidades – e não apenas a transmissão de conteúdos específicos das disciplinas. Um dos maiores problemas a ser solucionado é o de que aproxime o quanto possível, a teoria e a prática, esta última com maior ênfase, dentro da concepção de formação docente orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de formação inicial de professores. Dessa forma, alguns elementos indispensáveis para dar sustentação para a nossa pesquisa como, por exemplo, compreensão, tratamento recebido, pretensões, decepções e atitudes por parte desses alunos, não poderiam deixar de ser discutidos.

Na pesquisa, buscou-se saber como os alunos analisam a formação que recebem do curso de Geografia para atuarem na prática pedagógica. De acordo com as respostas, podemos notar que já existe uma falha entre a teoria e a prática e, com isso, os alunos na maioria das vezes respondem com muitas incertezas.

Precisamos salientar que a graduação em licenciatura já tem uma identidade diferenciada em que prega por professores com determinadas habilidades e características, tais como: professores abertos a ouvir; que tenham uma relação constante de aprendizagem; que consigam desenvolver uma ecologia de saberes, ou seja, que sempre necessitará referenciar outros saberes; que superem os resquícios de transmissor do saber; que sejam pesquisadores que acreditem na educação como instrumento de transformação; que sejam facilitadores no processo de ensino aprendizagem; e que dêem oportunidades aos alunos de aprenderem de diferentes maneiras. Com isso é preciso romper paradigmas de trabalho com a realidade de século XX e, chegando ao século XXI em um período de transição, lembrando

que precisam formar seus futuros docentes com base em pressupostos de séculos anteriores, mas com demandas que requerem uma análise mais complexa.

Nas respostas dos alunos constatou-se que metade deles esperava mais em relação à prática pedagógica e deixa claro que a graduação em licenciatura em Geografia só se preocupa com a Geografia pura e não em formar profissionais com diferentes metodologias do ensino da mesma. Dos entrevistados, um único aluno disse estar contente e satisfeito com essa formação.

Na entrevista procurou-se saber se os alunos presenciaram nos semestres anteriores atividades de práticas de ensino e, caso tenham presenciado, seria importante relatar em que disciplinas para realizarmos uma análise justaposta ao PPC.

Em relação à primeira questão ficou evidente que os alunos não presenciaram e nem vivenciaram prática de ensino no semestre anterior, o que significa que esses alunos estavam chegando ao quinto período do curso sem base prática. Conhecer o projeto pedagógico do curso que se está fazendo é estar disposto a gerenciar sua própria formação e, muitas vezes, na graduação não se dá essa importância. Essas questões evidenciam que dos seis alunos entrevistados, cinco nunca tiveram a preocupação ou até mesmo a curiosidade de ler o projeto do curso. Um único aluno respondeu que começou a ler, pois só agora começou a compreender a importância do PPC e, com isto, a realizar sugestões e lutar pela formação. Vale salientar que é nesse documento onde se encontra toda base da legislação para o funcionamento do curso, carga horária necessária, etc., sendo o PPC o registro de nascimento do curso.

A questão gerou algumas inquietações. O que é prática de ensino? Atribui-se à Prática de Ensino uma função específica, ou seja, uma modalidade de formação, campo de saber na estrutura curricular dos cursos de formação de professores, e essas práticas são condicionadas à desenvolvimento de habilidades geradas através de pesquisa e de aplicação de metodologias e didáticas, para com isso proporcionar ao aluno vivências pedagógicas em sala de aula. É notório nas respostas que os alunos vivenciam essa prática através de aulas expositivas, debates e apresentações de seminários, ficando claro que a prática não está sendo realizada de acordo com o proposto no projeto político pedagógico do curso e longe para a construção do perfil do professor do século XXI, perfil que pede habilidades específicas para a prática. Essa prática na graduação tem que proporcionar ao futuro professor formação intelectual que lhe traga autonomia nas relações com as informações e em relação à sua atualização; formação tecnológica para selecionar e atuar pedagogicamente com as TICs (Tecnologias Digitais da Comunicação e da Informação) em qualquer realidade; formação pedagógica para

desenvolver propostas educacionais significativas para diferentes realidades; e formação crítico-social com capacidade para analisar a realidade social em que atua, além de capacidade para atuar em equipe.

A maioria dos alunos relata que gostaria que a prática de ensino fosse distribuída para todas as disciplinas do currículo acadêmico, pois assim conseguiriam criar metodologias de ligação entre a teoria e a prática. Sabemos que o maior problema hoje é a mediação da teoria para prática e vice versa. Analisando as respostas apresentadas nessa questão, chegamos a algumas conclusões que se seguem.

Embora o Projeto Político do Curso explique a diluição das horas de prática de ensino em algumas disciplinas do curso, os alunos relatam e até mesmo justificam que na verdade não ocorre e salientam que de fato existe uma disciplina específica para o desenvolvimento dessa prática, denominada Estágio, em que muitas vezes não tem acompanhamento do professor.

Dos seis alunos entrevistados, a maior parte esperava que a prática de ensino fosse desenvolvida em forma de estágio, ou seja, imaginam a prática como sendo o próprio estágio. Mesmo acreditando que a prática vem junto com o estágio, eles deixam claro que deveriam existir horas de prática distribuídas em outras disciplinas do curso, além do que o estágio curricular desse curso não está ocorrendo da forma como orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Observou-se que os alunos ficam inquietos para responder esse questionamento e muitos pensam que analisar o Projeto Político do Curso e construir um plano de aula já é prática de ensino, ficando evidente que é puramente análise documental, faltando junção da teoria com a prática. Os conteúdos que relataram são ricos em conhecimento na prática; saber relacionar o PPC e o planejamento na prática deixa o professor mais rico em metodologias e didáticas também.

De acordo com o resultado da pesquisa, o grau de satisfação dos alunos é com maior nitidez de regular e insatisfeito. Essa questão foi respondida quando os alunos achavam que as atividades de seminários eram atividades práticas e, então, levantamos outros questionamentos: Que formação recebe os estudantes de geografia desde instituição de ensino para atuarem na prática pedagógica? Que lugar ocupa a prática pedagógica no currículo da formação dos professores? Porque a Universidade não promove teoria junto com a prática? E através desses questionamentos podemos responder que a prática está longe da teoria e vice-versa, que existe uma série de conflitos entre os alunos, que os professores estão preocupados

unicamente com a teoria e que o que o Projeto Pedagógico do Curso propõe para a prática não está sendo cumprido.

A entrevista com o professor de prática de ensino do curso foi realizada tomando-se como base uma abordagem relacionada à disciplina de prática desenvolvida por esse professor no 6º período do curso de licenciatura em geografia. Essa entrevista teve como principais objetivos: 1- Esclarecer a razão pela qual não é explicitada no projeto de curso essa disciplina assim como sua carga horária. 2- Perceber o tratamento e a compreensão da prática de ensino desenvolvida no curso. Diante da análise feita do projeto pedagógico do curso de licenciatura em Geografia, foram identificadas algumas divergências entre o que diz esse projeto e o que está orientado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Por exemplo, as Diretrizes orientam que a prática de ensino deve ser trabalhada no curso de formação inicial de professores com teor de componente curricular e que as horas destinadas para essa prática deverão ser diluídas nas cargas horárias de algumas disciplinas no decorrer de toda a formação. Porém, no decorrer do 6º período do curso está sendo oferecida a prática de ensino com teor de disciplina.

Os questionamentos partiram das seguintes perguntas: de um modo geral, qual a sua compreensão sobre a prática de ensino orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais? Por que aqui se dá um tratamento à prática de ensino de disciplina? E não como componente curricular intrínseco e diluído nas disciplinas do curso? Por que, já que existe a disciplina “prática de ensino”, ela não está explícita no projeto de curso? Quantas horas foram destinadas para esta disciplina? Esta disciplina será oferecida nos semestres seguintes do curso? Como esta disciplina está sendo desenvolvida? Quais os conteúdos preferenciais aplicados? Dê exemplos de pelo menos duas atividades de prática de ensino que foram desenvolvidas neste semestre.

Através das respostas ficou evidente que esse professor compreende a prática de ensino como sendo algo que faz o aluno aprender a Geografia efetivamente e como também, ensiná-la. Quanto à forma de desenvolver a prática de ensino, seja ela como disciplina trabalhada em momentos específicos ou durante toda formação do licenciando, diluída em algumas disciplinas do curso, a opinião pessoal desse professor é a de que essa prática deveria ocorrer das duas formas. São necessárias as discussões em educação geográfica, mas que deveria ter efetivamente horas de prática destinadas para o uso da interdisciplinaridade. A prática deve ser intrínseca em todos os momentos da graduação, pois é a fonte da teoria, assim afirma o professor de prática. O mesmo admite que nessa instituição a prática ocorra somente

em momentos específicos em algumas disciplinas de prática e justifica que isso ocorre dessa forma pelo fato isolado e que essa decisão foi tomada pelo colegiado de curso.

Salienta inúmeras vezes que apesar do projeto pedagógico distribuir a carga horária destinada à prática de ensino de modo a contemplar algumas disciplinas do curso, distribuídas ao longo de toda formação do professor, admite que as horas de prática fossem inseridas a partir da segunda metade do curso, da seguinte forma: 5º, 6º, 7º e 8º períodos foram contemplados com 80 horas distribuídas em atividades extras. O que contradiz as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Referindo-se aos conteúdos priorizados na disciplina de prática de ensino, o professor diz estar discutindo a questão da profissão docente, o porquê de ser professor e o quadro atual dos cursos de Geografia no Brasil, fazendo um comparativo dos projetos pedagógicos de alguns cursos de Geografia do país, mas, sem especificar o item de prática. Afirma que nos projetos analisados as horas de prática não estão explícitas, nem a forma de desenvolvê-las. Outra situação nessa disciplina foi à questão das competências necessárias ao professor de Geografia e as inúmeras vertentes para se trabalhar a didática no sentido de criar, refletir sobre assuntos como tecnologia da informação, avaliação, planejamento, da relação professor-aluno, entre outros.

No espaço de tempo para a entrevista surgiram outros assuntos não previstos, sendo eles: a questão do estágio curricular supervisionado e a pesquisa como elemento de ligação da teoria com a prática. O professor, quando menciona Estágio Supervisionado, garante que está sendo desenvolvido em momentos separados, um momento só teoria e outro só de prática de ensino. As horas destinadas para estágio são distribuídas assim: 100 horas no 6º período, sendo 60 para teoria e 40 para prática, assim como consta no Projeto Pedagógico do Curso, e nos dois últimos períodos do curso com 150 horas cada, desenvolvidas no campo de atuação, nesse caso em escolas, com a observação de um professor de estágio. A respeito da pesquisa, a opinião do professor é que ele a valoriza, porém salienta que, de um modo geral, na instituição a pesquisa não é valorizada. Ele alega que os professores não têm um regime de trabalho com dedicação exclusiva, a ponto de se dedicarem à pesquisa e dessa forma incentivarem os alunos da licenciatura a desenvolvê-la.

A entrevista com o responsável pela coordenação de curso foi realizada tomando-se como base três momentos distintos enfocando aspectos estudados nesta pesquisa, sendo eles: 1º sobre a legislação oficial; 2º relação teoria x prática e; 3º sobre o que o projeto pedagógico do curso não responde.

O 1º momento teve como objetivos: verificar desde quando e como o curso vem sendo reorientado face às novas demandas da legislação; constatar se essa reformulação está apenas no papel ou se já existem ações implementadas; saber como ocorre a apropriação do texto oficial pelo responsável pela coordenação, se lê as diretrizes e produz uma interpretação pessoal ou busca outros referenciais teóricos para discutir e até produzir outras interpretações.

Em função da resolução CNE/CP 1/2002, das discussões e das pesquisas referentes à formação do professor, os cursos de licenciatura vinham sendo reestruturados e, partindo disso, questionamos: Na sua instituição, existe algum movimento de reorientação do curso de licenciatura em geografia? Quais os principais aspectos que estão envolvidos nesse processo? Como vem sendo implementada? Houve algum estudo conjunto ou discussão sobre essa resolução?

De acordo com as respostas, verificamos que dentro da instituição o novo projeto pedagógico não foi operacionalizado por completo tal como afirma o coordenador embora conste no documento oficial que as novas diretrizes deveriam vigorar em fevereiro de 2004.

Verificamos também que nesta instituição prevalece uma visão distorcida do que seja um curso de licenciatura. Existem grupos de trabalho isolados, favorecendo uma compartimentação de objetivos. E por fim, detectamos que sobre o que versa na resolução CNE/CP 1/2002, não foram feitas discussões em conjunto a respeito.

O segundo momento teve como objetivos: compreender a apropriação, feita pelo responsável pela coordenação, do conceito de prática reflexiva e entender como esse conceito é contemplado no curso. Partindo de argumentos provindos da resolução CNE/CP 1/2002, a qual recomenda que a aprendizagem deva ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela **ação-reflexão-ação** e que aponta a resolução de situações-problema como umas das estratégias didáticas privilegiadas, chegamos aos seguintes questionamentos: Como você se posiciona frente a essas ideias? Como elas estão traduzidas no curso de licenciatura de Geografia em sua instituição? Você trata e/ou concebe a prática de ensino como disciplina ou componente curricular? De que forma você concebe essa prática de um modo geral?

Para analisarmos as respostas do responsável pela coordenação, destacamos que a formação de professores pode se dar por meio de um consenso entre diferentes autores, no sentido de que deve possibilitar ao professor em formação uma relação de autonomia no trabalho, que lhe permita criar propostas de intervenção pedagógica, lançar mão de recursos e conhecimentos pessoais e disponíveis no contexto, integrar saberes, ter sensibilidade e

intencionalidade para responder a situações reais, complexas, diferenciadas. Aspectos que são por vezes pouco valorizados.

Partindo para análise das respostas pelo responsável pela coordenação em relação à questão teoria-prática, percebemos que o pensamento ligado a uma prática reflexiva encontra-se muito distante da realidade da instituição e até da sua. Detectamos também que o envolvimento com a interdisciplinaridade não está existindo de fato, ficando claro que as atividades de prática pedagógica foram programadas diferentemente do que menciona o projeto pedagógico. O coordenador entrevistado assegurou que a articulação entre prática e teoria tanto de conhecimentos geográficos como os da educação, ocorre de forma mecânica, sem inovação, sem reflexão. E que o estágio curricular supervisionado está longe da prática pedagógica. Portanto, existem contradições com o que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais. Mas assegura, no entanto, que isso não ocorre de forma intencional e formalizada. O coordenador atribuiu esse problema encontrado à falta de tempo por parte dos professores que, como foi mencionado, não têm dedicação exclusiva da instituição.

Constatamos que não há formas diferentes de articulação entre teoria e prática. O coordenador percebe que a prática de ensino tanto pode ser considerada disciplina como também um componente curricular, vislumbrando as atividades de prática de ensino como sendo aquelas em que o professor conhece todas as dimensões de onde ele vai atuar.

Para o terceiro momento da entrevista, buscou-se: conhecer como as 400 horas de prática foram programadas no currículo do curso e, antes disso, saber se foram programadas; saber como é feita a articulação entre os diferentes componentes curriculares do curso e verificar possíveis divergências entre o grupo das disciplinas específicas da Geografia com as disciplinas pedagógicas; verificar possíveis apropriações que não distingam os componentes curriculares da prática de ensino com a dimensão da prática presente na resolução CNE/CP 1/2002.

Perante análise realizada no projeto pedagógico do curso de licenciatura em Geografia, foram identificadas algumas divergências entre o que diz esse projeto e o que está orientado pelas DCN. Compreendemos que as Diretrizes Curriculares Nacionais orientam que a prática pedagógica como componente curricular precisa acontecer desde o início do curso e estar presente por toda formação acadêmica. Encontramos no projeto pedagógico do curso que só no 5º e no 7º períodos existem atividades ligadas à prática pedagógica. Por que no PPC todas as disciplinas têm uma carga aberta para prática e isso não acontece? Porque isso ocorre? Dessas inquietações, originaram-se as seguintes questões para entrevista:

1. No tocante à distribuição de carga horária de prática de ensino, as 400 horas, 72% em média das disciplinas contempladas com atividades de prática de ensino são disciplinas de dimensão pedagógica. De que forma isso é feito? E as disciplinas de dimensão geográfica são contempladas também?
2. O estágio curricular supervisionado, com 400 horas, se dissocia ou não da prática de ensino? Qual o grau de relação entre esses componentes? Como isso ocorre?
3. Exemplifique atividades de prática de ensino que foram desenvolvidas no semestre anterior. Quais foram?
4. De que forma o TCC é tratado a ponto de beneficiar a prática pedagógica dos licenciados em Geografia? Como esse trabalho ocorre?
5. Por que a disciplina Didática só explora 20h de sua carga horária em atividades de prática pedagógica? Esse tempo é suficiente? Por que essa disciplina não tem carga horária para prática?

Em relação a essas questões, chegamos a algumas conclusões. Inicialmente, referindo-se à distribuição das 400 horas de prática de ensino, averiguamos a destinação de 72% com disciplinas de dimensão puramente geográfica. Apesar disso, foi verificada também a falta de destinação de disciplinas específicas e, conseqüentemente, não há interdisciplinaridade intrínseca ao projeto. O responsável pela coordenação argumenta que a prática de ensino está agregada ao Estágio Supervisionado. Reitera ainda que muitas vezes as atividades de prática de ensino desenvolvidas em algumas disciplinas são puramente práticas, como indicado no projeto do curso os alunos não conseguem vê-la com significado pedagógico. Além do mais, de um modo geral, as atividades de práticas estão concentradas em aulas com atividades de metodologia do ensino da Geografia. A coordenação afirma que, sendo assim, está comprometendo a qualidade do curso.

Identificamos que o curso de licenciatura em Geografia não oferece a disciplina Didática do Ensino da Geografia, pois, segundo resposta do responsável pela coordenação, não existe professor nessa área e por isso, é oferecida a disciplina Didática Geral. E, contudo, só são explorados 20% da carga horária dessa disciplina com atividades de prática e reforça que não tem ideia como esse trabalho é desenvolvido.

Depois de todas as discussões realizadas em volta da prática de ensino desenvolvida no curso de licenciatura em Geografia, o coordenador acrescentou argumentos positivos dizendo que atualmente o professor necessita trabalhar de uma forma interdisciplinar e com planejamento, que é preciso trabalhar definindo o que é competência, o que é habilidade, o

que é que ele vai despertar no aluno, como é que ele vai fazer o aluno aprender de uma forma prazerosa, da relação professor-aluno. Concluindo que os Parâmetros Curriculares Nacionais traz um olhar novo e diferenciado.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da situação descrita nesta pesquisa, podemos observar um alarmante e surpreendente desencontro entre as concepções que foram detectadas em torno da prática de ensino, tanto no projeto pedagógico do curso quanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, com o que de fato é vivenciado na formação inicial dos futuros professores de Geografia. Evidenciamos que a concepção de prática de ensino desenvolvida no curso dessa instituição diverge do que está previsto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e com o próprio projeto pedagógico do curso, ou seja, no projeto do curso é apontado um modelo de formação, porém na prática funciona totalmente outro. Não pretendemos dizer com isso que as orientações dadas pelas Diretrizes são absolutamente prontas e acabadas. Basta observar que estas próprias Diretrizes se confundem diante de tanto pragmatismo, ou seja, elas pretendem modelar o ensino e o professor de tal modo a arquitetar um modelo de professor licenciado para toda comunidade educacional. Talvez, esse sonho se realize. Para isso, é preciso tempo e muito esforço por parte de todos que fazem a educação desse país.

A situação real que vive hoje os cursos de licenciatura em todo território nacional vem delineada aos reflexos de uma herança cultural do passado a qual se fundamentou a vícios, não dando critérios aos pontos chaves para o crescimento do âmbito de ensino.

Por fim, essa discussão não acaba aqui. O debate sobre os cursos de licenciatura é um processo permanente e será sempre uma temática atual. Essa pesquisa poderá contribuir para outros pesquisadores, que abordem o tema, para aprimorar os cursos de licenciatura e, em especial, no caso do curso de Geografia objeto dessa nossa pesquisa.

---

Agradecimento:

O segundo autor recebe apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001.

# CURRICULUM OF LICENSEE COURSE IN GEOGRAPHY: THEORY AND PRACTICE AT A STATE UNIVERSITY COURSE

## ABSTRACT

This study aims to analyze and identify the different conceptions that support the teaching practices contained in the curricular components of the Degree in Geography of the State University of Alagoas. For this, we analyze the Pedagogical Project of the Course (PPC) as well as we have the interpretation of the speeches of the coordination, students and a teacher of said course. In this sense, we used questionnaires and semi-structured interviews, addressing the theoretical and historical elements of the geography teacher training in the analyzed institution. We emphasize that the multiplicities of conceptions around the teaching practice based on the PPC provided in the theoretical bases contained in the National Curricular Guidelines are disarticulated and it is necessary to rethink the curriculum of Geography for the undergraduate course analyzed.

**Keywords:** Pedagogical project. Teacher training. Teaching. Learning.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 9/2001**, de 17 de janeiro de 2001. Institui diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior. Brasília, DF, 18 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 021/2001**, de 6 de agosto de 2001. Estabelece a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 agosto. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 27/2001**, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9-2001, que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 28/2001**, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que

estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 1/2002**, de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18fev. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CPn. 2/2002**, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 março 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 14/2002**, de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 abril. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n. 5/2006**, de 04 de abril de 2006. Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 abril. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 20 e 40.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

Recebido em 08-05-2019.

Aceito em 28/06/2019.